

Acesso às zonas de Dhlakama carece ainda de autorização

A.1.4

— reitera líder do movimento de visita ao Quênia

Afonso Dhlakama reiterou que o acesso às zonas sob controlo da Renamo pelos partidos políticos e homens de negócios carece de autorização por parte da liderança do movimento, apesar do entendimento a que se chegou durante as conversações com o Presidente Joaquim Chissano. O líder da Renamo, que está a efectuar uma visita privada ao Quênia, afirmou estar ainda a preparar as pessoas a serem nomeadas para os cargos de assessores dos governadores provinciais.

O porta-voz da presidência da Renamo disse ao «Notícias» que Afonso Dhlakama pensa que há pessoas que julgam que com o entendimento sobre a administração territorial «podem entrar livremente nas nossas zonas. Não é nada disso. A Renamo não irá permitir a destruição dos recursos naturais, até à tomada de posse do Governo eleito democraticamente».

Dhlakama diz ainda que todos os pedidos para exploração de recursos económicos nas zonas da Renamo devem ser feitos ao movimento, explicando também que continua obstruído o acesso dos líderes políticos, incluindo os da Frelimo, que pretendam desenvolver actividades partidárias nesses territórios, «até à desmobilização dos

exércitos privados, porque se alguém for morto nessas zonas, as pessoas vão pensar que foi a Renamo que o matou. Nós exigimos a extinção desses grupos armados, para garantir a segurança das pessoas».

De acordo com o mesmo porta-voz, «a reintegração das zonas controladas pela Renamo na administração territorial será feita com várias restrições, na medida em que a Constituição da Frelimo não será aplicada nesses territórios antes da realização das eleições, porque as leis que nos obrigaram a pegar em armas ainda estão em vigor. O acordo de paz estará acima da Constituição».

A Renamo entende que o entendimento a que se chegou com o Governo moçambicano visa «facilitar o controlo territorial e fazer

com que as populações das nossas zonas beneficiem também do Orçamento do Estado».

Dhlakama diz que as populações que vivem nas suas zonas não aceitam a actual Constituição moçambicana pelo que «não vai ser aplicada para evitar confusões», que não quis mencionar e que os assessores dos governadores provinciais vão ser indicados em breve.

Segundo o porta-voz da presidência da Renamo, anteontem, Afonso Dhlakama falou telefonicamente com o Presidente de Portugal, Mário Soares, a quem pediu apoio para que aquele país «olhe mais para Moçambique, para se evitar aquilo que aconteceu em Angola».

Sem especificar o tipo de apoio, Dhlakama, em visita privada ao Quênia, disse ter recebido um telegrama do presidente português, a propósito do entendimento conseguido durante as conversações com o Chefe do Estado moçambicano.